



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de locação de um grupo-gerador novo (primeiro uso), trifásico, com capacidade mínima de 40 kVA em standby, 60Hz, com combustão a óleo diesel, com proteção acústica e demais características estabelecidas nessa contratação; bem como a instalação, operação e manutenção do referido equipamento, no edifício Sede do TRE-SC.

### 2. Fundamentação da Contratação

#### 2.1. Motivação

Considerando a necessidade de manter os sistemas de informática e serviços de rede disponíveis durante eventuais falhas no fornecimento de energia elétrica pela concessionária CELESC, faz-se necessária a locação de grupo gerador para o Centro de Processamento de Dados do TRE-SC.

#### 2.2. Objetivos e Benefícios

Manutenção do funcionamento do Centro de Processamento de Dados do TRESC em caso de falha no fornecimento de energia elétrica pela concessionária.

#### 2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	<ul style="list-style-type: none"><li>Objetivo estratégico 04;</li></ul>

#### 2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Estudo Preliminar juntado ao PAE 3.646/2021.

#### 2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista contempla a locação, instalação, operação, manutenção de um grupo gerador no 1º subsolo S1 do edifício sede do TRESC, conforme especificações descritas neste Projeto Básico.

#### 2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

#### 2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de locação de um grupo-gerador novo (primeiro uso), trifásico, com capacidade mínima de 40 kVA em standby, 60Hz, com combustão a óleo diesel, com proteção acústica e demais características estabelecidas nessa contratação; bem como a instalação, operação e manutenção do referido equipamento, no edifício Sede do TRE-SC.

Características mínimas do objeto:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) Grupo-gerador de energia elétrica novo (primeiro uso), trifásico, com capacidade mínima de 40 kVA em Standby, 60Hz, com combustão a óleo diesel;
- b) Proteção acústica contra ruído excessivo para todo o sistema, incluindo silenciador para o escapamento (carenado e silenciado, 75dB(A) a 1,5m), modelo SSL (Super Silenciado Leve);
- c) Regulador eletrônico de velocidade;
- d) Partida automática, com fornecimento de energia estável em tensão de 380V, entre fases, e 220V entre fase/neutro, em no máximo 30 segundos após a interrupção do fornecimento de energia pela concessionária (o grupo-gerador deverá ser dotado de resistência de pré-aquecimento de no máximo 1,2 kW);
- e) Motor a diesel, de 4 tempos;
- f) Gerador síncrono, especial para cargas deformantes, com distorção harmônica total inferior a 5%, corrente de curto-circuito de três vezes a corrente nominal, regulador de tensão automático;
- g) Dimensões máxima da cabine (comprimento x largura): 2,30m x 1,20m;
- h) Peso máximo do equipamento: 1300Kg – o equipamento deverá estar apoiado na laje em toda a extensão daquele, de modo a evitar cargas concentradas em pequenos pontos do piso;
- i) Tanque de combustível dentro da cabine, com capacidade mínima de 100 litros;
- j) Equipamento gerador com carenagem nova, equipado com central de comando e indicadores para supervisão de rede, compreendendo os dispositivos de medição da qualidade da energia gerada, tais como voltímetros, amperímetros, frequencímetros, medidor de combustível, etc., e chave seccionadora específica para carga, incluindo proteções específicas para o sistema alternativo;
- k) Módulo de comando automático, que permita operação automática e manual do grupo gerador, contendo visor de acrílico para visualização externa dos instrumentos, dotado de software de supervisão que possibilite o monitoramento em tempo real das principais medições, alarmes e status, bem como interagir, mediante senha, através de comandos remotos de partida e parada do Grupo Gerador, além de comandar a conexão da carga tanto ao Grupo Gerador como à Rede, com registro das variáveis e armazenamento de históricos de alarmes e eventos;
- l) Escapamento do grupo-gerador deverá ter pintura preferencialmente na cor branca, bem como fixação adequada, de modo a evitar vibrações e ruídos;
- m) Fornecimento e instalação de escapamento para o grupo-gerador, de modo a direcionar os gases de escape do motor do equipamento para a área externa, conforme croqui apresentado no Anexo II;
- n) Fornecimento de todos os materiais e ferramentas necessários à instalação, e desinstalação ao término do contrato, incluindo baterias, óleo lubrificante, instrumentos e chaves, em conformidade com as especificações técnicas do equipamento gerador; e
- o) Instalação do equipamento em modo *stand by*, no estacionamento do Subsolo 1 do prédio-sede do TRESC, de acordo com o croqui apresentado no Anexo II, compreendendo o fornecimento dos cabos e conectores necessários (o quadro de energia que alimenta o CPD do TRESC ficará a cerca de 3 metros de distância do local onde será instalado o grupo-gerador).

### 2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.9. Parcelamento e Adjudicação

Justifica-se a execução dos serviços constantes neste Projeto Básico / Termo de Referência por uma só empresa em função das interferências e da natureza da atividade.

### 2.10. Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer o serviço nas condições estipuladas pelo TRESC.

Os fornecedores deverão apresentar os seguintes preços:

\* PL = Preço de locação grupo gerador + mão-de-obra para instalação, operação e manutenção (mensal);

\* Ph = preço por hora de funcionamento do gerador, na ausência de energia elétrica;

Com a finalidade de aferição do menor preço, utilizar-se-á a fórmula seguinte, considerando a estimativa de 5 (cinco) horas de utilização do grupo gerador por mês:

$$Pt = PL + (5 \times Ph)$$

\* Pt = preço total de locação (valor mensal estimado para aferição do menor preço);

\* PL = Preço de locação grupo gerador + mão-de-obra para instalação, operação e manutenção (mensal); e

\* Ph = preço por hora de funcionamento do gerador, na ausência de energia elétrica.

Observação: A empresa contratada somente fará jus ao preço por hora de funcionamento (Ph) quando o grupo-gerador estiver funcionando no período em que houver falha no fornecimento de energia elétrica pela CELESC. Todas as demais despesas decorrentes da manutenção do grupo-gerador, inclusa a troca de combustível velho (quando necessária), deverão ser custeadas pelo custo de locação do grupo gerador (PL).

#### 2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

- Um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;
- Certidão de registro de pessoa jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou CAU, dentro de seu prazo de validade;
- Comprovação de possuir no quadro da empresa profissional detentor de CAT(s) e/ou ART(s) e/ou RRT(s) para acompanhar os serviços objetos deste Projeto Básico; e
- O profissional supramencionado deverá estar devidamente registrado no CREA ou no CAU pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto da licitação.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

### **2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate**

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

### **2.11. Modalidade e Tipo de Licitação**

Sugere-se que eventual licitação seja realizada na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço.

### **2.12. Impacto Ambiental**

Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo Contratante, em especial a Resolução 307 do CONAMA.

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização / economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- d) Reciclagem / destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- e) Descarte adequado, da forma ecologicamente correta e em conformidade com a legislação ambiental e sanitárias vigentes, de materiais tóxicos como o óleo de motor.

A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para preservação de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação de serviços.

### **2.13. Conformidade Técnica**

A Contratada deverá seguir as seguintes orientações técnicas para prestação dos serviços:

- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- Disposições legais pertinentes da União, Estado e Município;
- Prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos quanto a procedimentos de manutenção e operação;
- Regulamentos das empresas concessionárias de energia;
- Regulamentos do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC;
- Normas internacionais consagradas, na falta de norma da ABNT;
- Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- Manuais e orientações técnicas específicas dos equipamentos e instalações, bem como as normas vigentes sobre o assunto.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.14. Obrigações da Proponente

Recomenda-se à empresa proponente realizar visita técnica no local onde será prestado o serviço, a fim de verificar eventuais características que poderão interferir na instalação e posteriormente na manutenção do equipamento.

Caso a empresa opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser:

- a) Previamente agendada através do e-mail [cis-smp@tre-sc.jus.br](mailto:cis-smp@tre-sc.jus.br) ou pelos telefones (48) 3251-3838 ou 3251-3785, das 13 às 18 horas;
- b) Realizada pelo representante indicado pela empresa;
- c) Acompanhada por representante do TRESC, designado para esse fim.

A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar o desconhecimento do local da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência da presente contratação.

A Proponente deverá dispor de assistência técnica sediada na região da Grande Florianópolis definida na Lei Complementar Estadual nº 636 de 09/09/2014, com atendimento por meio de técnicos especializados em todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, das 7h às 21h.

### 2.15. Obrigações da Contratante

O Contratante deverá cumprir com as seguintes obrigações durante a vigência do Contrato:

- 2.15.1. Promover, através de seus representantes, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- 2.15.2. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela Contratada, e sua aprovação pelo Contratante.
- 2.15.3. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.
- 2.15.4. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

### 2.16. Obrigações da Contratada

A Contratada ficará obrigada a:

- 2.16.1. Executar o objeto proposto nessa contratação nas condições estipuladas neste Projeto Básico e seus anexos.
- 2.16.2. Tomar as seguintes providências em até 10 (dez) dias a contar do recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC:
  - a) Apresentar declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará pelo serviço contratado, acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico e/ou Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART, que comprovem execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação: Locação de equipamento grupo gerador.
  - b) Apresentar o registro no CREA de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a Lei n. 5.194, de 24.12.1966, em consonância com o art. 1º da Resolução n. 413, de 27.6.1997, do CONFEA, se a empresa for sediada em outra jurisdição e, consequentemente, inscrita no CREA de origem.
  - c) Providenciar e entregar à Seção de Manutenção Predial do TRESC a Anotação de



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Responsabilidade Técnica - ART(s) do profissional citado na alínea “a”, devidamente registrada no CREA-SC, de execução dos serviços deste Projeto Básico.

- d) Participar, dentro do período compreendido entre o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SMP/CIS/TRESC.
  - e) Fornecer à Seção de Manutenção Predial do TRESC a relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços, informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade.
  - f) Apresentar à Seção de Manutenção Predial do TRESC o certificado de conclusão do curso de treinamento na NR-10, de 08.06.1978, dentro do prazo de validade (2 anos), e o respectivo atestado de saúde ocupacional (ASO) dos funcionários que forem executar os serviços.
  - g) Fornecer previamente o catálogo/manual em português contendo todas as características técnicas do equipamento a ser instalado, para aprovação da fiscalização.
  - h) Apresentar as seguintes declarações:
    - i. Declaração da licitante de que será responsável pelo descarte ambientalmente responsável de qualquer resíduo do serviço a ser prestado – incluindo consumíveis, peças usadas, embalagens – e de que tem conhecimento da legislação ambiental sobre o descarte de materiais, em especial a Lei n. 9.605, de 1998 e a Lei n. 12.305, de 2010, além da NBR 10.004.
    - ii. Declaração da licitante de que cumprirá a logística reversa disposta no artigo 33 da Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, em relação aos lubrificantes/óleos e seus resíduos e às embalagens a serem usados na prestação dos serviços, atendendo às disposições estipuladas no acordo setorial firmado para embalagens, bem como na Resolução do CONAMA 362/2005, no que se refere ao retorno dos produtos após o uso para o encaminhamento à destinação final dos produtos descartados.
  - i) Designar um representante legal da empresa, com poderes para resolução de possíveis ocorrências e quaisquer eventuais problemas que possam surgir durante a vigência do Contrato, informando também telefones, e-mail e outros meios de comunicação para contato com o mesmo.
- 2.16.3. Instalar o grupo-gerador em perfeitas condições de funcionamento no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado.
- 2.16.4. Instalar, operar e executar manutenção do equipamento na sede do TRESC, localizada na Rua Esteves Júnior, 68, Centro - Florianópolis/SC.
- 2.16.5. Enviar técnico ao local de prestação dos serviços, para manutenção preventiva, no máximo, a cada 1 (uma) semana.
- 2.16.6. Dispor de assistência técnica sediada na região da Grande Florianópolis definida na Lei Complementar Estadual nº 636 de 09/09/2014, com atendimento por meio de técnicos especializados em todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, das 7h às 21h.
- 2.16.7. Fornecer número telefônico para atendimento dos chamados técnicos, para atender chamados decorrentes de funcionamento inadequado do grupo gerador ou da falta de combustível
- 2.16.8. A Contratada deverá obedecer às seguintes normas aplicáveis à execução do objeto:
- a) Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) Disposições legais pertinentes da União, Estado e Município;
  - c) Normas e Resoluções do CONAMA;
  - d) Prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos quanto a procedimentos de manutenção e operação;
  - e) Regulamentos das empresas concessionárias de energia;
  - f) Regulamentos do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC;
  - g) Normas internacionais consagradas, na falta de norma da ABNT;
  - h) Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
  - i) Manuais e orientações técnicas específicas dos equipamentos e instalações, bem como as normas vigentes sobre o assunto.
- 2.16.9. Fornecer todas as ferramentas, materiais e equipamentos indispensáveis à realização das manutenções, bem como mão de obra especializada.
- 2.16.10. Reparar e/ou substituir, às suas expensas, todas as peças afetadas pela utilização do equipamento.
- 2.16.11. Comunicar qualquer irregularidade encontrada no equipamento à Seção de Manutenção Predial do TRESP.
- 2.16.12. Manter o quadro de pessoal técnico qualificado para a realização dos serviços, devidamente uniformizados, com crachá de identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho.
- 2.16.13. Todos os técnicos da Contratada envolvidos nas manutenções deverão possuir certificado de realização do curso definido na Norma Regulamentadora nº 10 do Ministério do Trabalho, a qual estabelece requisitos e condições mínimas de segurança em instalações e serviços em eletricidade, bem como demais normas correlatas com o tipo de serviço a ser executado.
- 2.16.14. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados.
- 2.16.15. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRESP ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto dessa contratação, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.
- 2.16.16. Substituir, sempre que exigido pelo TRESP, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina deste Tribunal ou ao interesse do Serviço Público.
- 2.16.17. Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da edificação do TRESP.
- 2.16.18. Instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 2.16.19. Orientar regularmente seus empregados acerca da adequada otimização dos serviços, dando ênfase ao uso responsável dos recursos, visando à economia no emprego de materiais e à racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos.
- 2.16.20. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipóteses alguma qualquer relação de emprego com o TRESP, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.
- 2.16.21. Assumir inteiramente a responsabilidade por e arcar total e exclusivamente com todos



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, entre outros, resultantes da execução do Contrato, conforme exigência legal, bem como arcar com todos os custos oriundos de eventuais reclamações trabalhistas.

- 2.16.22. Apresentar, juntamente com a fatura mensal, relatório descritivo da manutenção preventiva e corretiva realizada devidamente assinado pelo técnico responsável e pelo representante do TRES.
- 2.16.23. Manter controle e elaborar, se e quando solicitado, Relatório Técnico identificando o equipamento, todos os serviços, assistências técnicas e manutenções realizadas no período estabelecido, além das principais falhas ocorridas, a quantidade de vezes em que cada falha ocorreu e o percentual representado em relação ao período, além de apresentar gráficos para auxiliar na adequada visualização.
- 2.16.24. É defeso à Contratada emitir nota fiscal, referente aos serviços prestados, com data anterior ao término do mês que se refere.
- 2.16.25. Manter limpo e sinalizados os locais onde os serviços estiverem sendo realizados, recolhendo ao final todo e qualquer material e/ou equipamentos.
- 2.16.26. Zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRES.
- 2.16.27. Não ter, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993.
- 2.16.28. Não transferir a outrem, de todo ou em parte, o objeto desta contratação, sem prévia anuência do TRES.
- 2.16.29. Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 2.16.30. Responsabilizar-se pela desinstalação e remoção do grupo-gerador e acessórios, ao final da vigência do contrato.

### 2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

## 3. Especificação Técnica Detalhada

### 3.1. Requisitos Técnicos

O equipamento a ser fornecido para locação deverá atender, no mínimo, as seguintes características técnicas descritas no item 2.7 deste Projeto Básico, entre as quais: grupo-gerador novo (primeiro uso), trifásico, com capacidade mínima de 40 kVA em standby, 60Hz, com combustão a óleo diesel, com proteção acústica.

#### 3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

São marcas de referência, sendo que serão aceitos equipamentos similares:

- Silenciador para o escapamento (carenado e silenciado, 75dB(A) a 1,5m), modelo SSL (Super Silenciado Leve), marca Stemac;
- Motor a diesel, de 4 tempos, modelo D229-3 MWM;
- Gerador síncrono, especial para cargas deformantes, com distorção harmônica total inferior a 5%, corrente de curto-circuito de três vezes a corrente nominal, regulador de tensão automático, marca WEG.

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daqueles).

### **3.1.2. Códigos SIASG**

Código SIASG: 21679

### **3.1.3. Vigência**

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 30 de setembro de 2022, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

## **3.2. Modelos de Documentos**

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 08 de março de 2021.

César Augusto Rodrigues de Araujo  
Integrante Demandante

Rafael Zornitta  
Integrante Técnico

João Batista Sarilho da Silva  
Integrante Administrativo



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo I – Plano de Fiscalização

### 1. Execução e Gestão do Contrato

A Contratada deverá instalar o grupo-gerador em perfeitas condições de funcionamento no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado.

Após instalado o gerador, os demais serviços deverão ocorrer preferencialmente de segunda a sexta-feira no período da manhã, sem prejuízo ao andamento normal das atividades nos locais das intervenções.

Obriga-se a contratada a fornecer as ferramentas, instrumentos, equipamentos necessários à execução dos serviços e equipamentos de proteção individual (EPI) aos funcionários que executarão os serviços.

O Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse do Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

#### 1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

A CONTRATADA deverá participar, dentro do período compreendido entre o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SMP/CIS/TRESC.

#### 1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Instalar o grupo-gerador em perfeitas condições de funcionamento no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado.

A manutenção do equipamento será de responsabilidade exclusiva da contratada, bem como a operação em caso de falhas do modo automático, atendidos os seguintes requisitos mínimos:

- a) A empresa contratada deverá dispor assistência técnica sediada na região da Grande Florianópolis definida na Lei Complementar Estadual nº 636 de 09/09/2014, com atendimento por meio de técnicos especializados em todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, das 7h às 21h (será obrigação da contratada dispor de número telefônico para atendimento dos chamados técnicos), para atender chamados decorrentes de funcionamento inadequado do grupo-gerador ou da falta de combustível;
- b) O motor do grupo-gerador deverá ser colocado em funcionamento no mínimo uma vez por semana, a título de manutenção preventiva, bem como para certificar-se de que está operando normalmente;
- c) Será de responsabilidade da empresa contratada o reabastecimento do grupo-gerador, sempre que necessário;
- d) O tanque de combustível do grupo-gerador deverá permanecer sempre abastecido (considerar-se-á abastecido o tanque que estiver com no mínimo 85% de sua capacidade), sendo indispensável a substituição do combustível que já estiver degradado e inapto à utilização;
- e) Execução de manutenção preventiva e corretiva de acordo com as indicações do fabricante, tais como troca de óleo/filtro do óleo lubrificante, troca da água do sistema de arrefecimento, troca do filtro de ar, etc.;
- f) Fornecimento de todos os materiais e ferramentas necessários à operação e manutenção, em conformidade com as especificações técnicas do equipamento gerador e com as orientações do fabricante, bem como suporte técnico para o software de monitoramento;
- g) Iniciar a correção de possíveis problemas detectados pelo TRESC, no grupo-gerador,



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

dentro do prazo máximo de 2 (duas) horas, contado da solicitação deste serviço, e colocá-lo em condições de uso no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando necessárias novas peças. Caso não seja possível corrigir os defeitos dentro do prazo acima estipulado, deverá ser providenciada a imediata substituição do equipamento locado por outro de características similares. O disposto nesta alínea aplica-se somente aos períodos em que o fornecimento de energia pela concessionária esteja normal;

- h) Iniciar a correção de possíveis problemas detectados pelo TRESA, no grupo-gerador, dentro do prazo máximo de 2 (duas) horas, contado da solicitação deste serviço, e colocá-lo em condições de uso no prazo máximo de 4 (quatro) horas, independentemente da necessidade de troca de peças. Caso não seja possível corrigir os defeitos dentro do prazo acima estipulado, deverá ser providenciada a imediata substituição do equipamento locado por outro de características similares. O disposto nesta alínea aplica-se aos períodos em que o fornecimento de energia pela concessionária esteja anormal ou em períodos essenciais para o TRESA, compreendido entre os 5 (cinco) dias que antecedem as Eleições até a divulgação do seu resultado oficial, nos 20 (vinte) dias que antecedem o fechamento do cadastro eleitoral e registro de candidaturas, até suas respectivas conclusões; e
- i) Apresentar, juntamente com a fatura mensal, relatório descritivo da manutenção preventiva e corretiva realizada devidamente assinado pelo técnico responsável e pelo representante do TRESA.

Todas as operações de manutenção preventiva e corretivas deverão ser executadas preferencialmente fora do horário de expediente do TRESA, salvo quando forem necessárias intervenções imediatas, sendo indispensável o prévio agendamento dos serviços.

Todos os custos de manutenção e operação, inclusive os referentes ao fornecimento de combustível e lubrificantes e peças de reposição correrão por conta da contratada.

### 1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa declarada vencedora do certame.

### 1.4. Prazos de Garantia

Durante a vigência do contrato é responsabilidade da Contratada a garantia do equipamento locado bem como dos serviços prestados ao TRE-SC.

### 1.5. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do chefe da Seção de Manutenção Predial, ou, na sua ausência, do seu substituto ou, na ausência destes, do seu superior imediato, em conformidade com o art. 67 da Lei n.8.666/1993.

A Fiscalização terá autoridade para:

- a) Solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;
- b) Exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação;
- c) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços.
- d) Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas,



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

necessárias ao desenvolvimento dos serviços;

- e) Aprovar materiais e/ou equipamentos similares propostos pela Contratada, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia, preço e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.
- f) Determinar a suspensão da execução dos serviços, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESC.

A existência desse acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Manutenção Predial SMP/TRESC, preferencialmente, através do e-mail [cis-smp@tre-sc.jus.br](mailto:cis-smp@tre-sc.jus.br), ou pelos telefones (48) 3251-3838 ou (48) 3251-3785.

### 1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

Desde que cumpridas todas os requisitos estabelecidos durante a execução dos serviços:

- a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:
  - 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
  - 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### 1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### 1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

### 1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

### 1.10. Qualificação Técnica

A empresa proponente deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação no certame licitatório:

- a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da proponente junto ao CREA ou CAU, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) Um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços já realizados com características semelhantes ao objeto da licitação (Locação de grupo gerador).
- c) Comprovação de possuir no quadro da empresa profissional detentor de CAT(s) e/ou ART(s) e/ou RRT(s) para acompanhar os serviços objetos deste Projeto Básico:
  - O profissional supramencionado deverá estar devidamente registrado no CREA ou no CAU pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação;
  - O profissional indicado poderá ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração do TRESC.

### 1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas;
- j) cometer fraude fiscal; e
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

Para os fins do contido na alínea “h” do rol listado acima, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

Para os casos não previstos no segundo parágrafo, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do Contrato;
- c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do Contrato, a contar do mês do inadimplemento;
- d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do Contrato;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

São de competência do Presidente do TRESC as sanções de impedimento de licitar e contratar com a União e de descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais; como também, a sanção de ser a empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução, na entrega dos documentos ou na entrega dos serviços sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor total contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

- a) O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.

Da aplicação das penalidades previstas nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Projeto Básico e nos casos de atraso injustificado no início da execução ou na entrega dos serviços, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

- a) O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

Da aplicação da penalidade prevista na alínea “f” do subitem que trata das hipóteses de inexecução total ou parcial desta contratação, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESC, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.





# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo II – Croqui para instalação do grupo gerador

